

ATA NÚMERO 175/XIII (4.º)

A 28 de maio de 2019, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição regimental da Ministra da Cultura, para apreciação da política geral do Ministério, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do [Regimento da Assembleia da República](#).

Audição, por requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, da Ministra da Cultura com vista ao esclarecimento dos aspetos relacionados com a situação de continuado agravamento da prestação de serviço público de rádio.

Audição regimental da Ministra da Cultura para apreciação da política geral do Ministério, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas à Senhora Ministra da Cultura e à Senhora Secretária de Estado da Cultura, dando de seguida a palavra à Senhora Ministra da Cultura para fazer uma intervenção inicial.

Após a intervenção inicial da Senhora Ministra da Cultura, que pode ser consultada [aqui](#), usaram da palavra os Senhores Deputados Margarida Mano (PSD), Carla Sousa (PS), Luís Monteiro (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), tendo a Senhora Ministra da Cultura intervindo a seguir a cada intervenção para responder às questões colocadas.

Na segunda ronda intervieram os Senhores Deputados Susana Lamas (PSD), Carla Sousa (PS), Luís Monteiro (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP). A Senhora Ministra da Cultura respondeu ao conjunto das questões colocadas.

Em sede de terceira ronda intervieram os Senhores Deputados Amadeu Soares Albergaria (PSD), Carla Sousa (PS), Teresa Caeiro (CDS-PP), Ana Mesquita (PCP), Sara Madruga da Costa (PSD), Liliana Silva (PSD), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) Fátima Ramos (PSD), Luís Monteiro (BE), António Ventura (PSD), José Carlos Barros (PSD) e Ana Sofia Bettencourt (PSD), tendo a Senhora Ministra da Cultura e a Senhora Secretária de Estado da Cultura respondido ao conjunto das questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Audição, por requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, da Ministra da Cultura com vista ao esclarecimento dos aspetos relacionados com a situação de continuado agravamento da prestação de serviço público de rádio

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) apresentou o [requerimento](#) do seu grupo parlamentar afirmando que o PSD requereu a audição na sequência de uma anterior audição ao Conselho de Redação da Rádio Pública que teve lugar na Comissão e que, mais uma vez, realçou a situação de crescente agravamento das condições de prestação do serviço público de rádio, uma situação de continuado desinvestimento, de escassez de recursos materiais e humanos, de obsolescência do ponto de vista técnico e tecnológico.

Referiu que aqueles problemas de desinvestimento da rádio pública não começaram com o atual Governo, que infelizmente são antigos, como se diz na carta que o Conselho de Redação escreveu à Senhora Ministra da Cultura, em que se lembrava, nomeadamente os tempos muito difíceis da tróica. No entanto, o atual Governo não inverteu essa tendência, ou seja, em tempo de suposto fim da austeridade, em fim de Legislatura os problemas refere o Conselho de Redação mantém-se e em muitos casos agravaram-se, parecendo que a intenção é ir deixando definhar a rádio até que a sua existência seja considerada irrelevante.

Nesta Legislatura houve, de facto um comprovado desinvestimento na rádio pública face ao que foi anunciado no início da Legislatura pelo Senhor Primeiro-Ministro, que valorizava o facto de a RTP passar a ser tutelada pelo Ministério da Cultura, defendendo nessa altura uma nova visão daquilo que deve ser a RTP enquanto serviço público.

Perguntou como compagina aquelas afirmações da tutela política, do Senhor Primeiro-Ministro, com o retrato que o Conselho de Redação da rádio pública nos deixa aqui em fim de Legislatura, de falta de material, de estúdios obsoletos, de continuado desinvestimento, situações como a avaria de Monsanto que teve lugar em dezembro de 2017 e que esteve oito meses para ser resolvida.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados José Magalhães (PS), Luís Monteiro, (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Ana Mesquita (PCP) e José Carlos Barros (PSD) que colocaram diversas questões, nomeadamente sobre a evolução da rádio e do serviço público de rádio no contexto de mudança muito acelerada do quadro tecnológico e do ambiente digital, o modelo de gestão da RTP, o aumento de capital da RTP, as medidas que o Governo vai tomar para dar resposta a todos os problemas do serviço público de rádio.

A Senhora Ministra da Cultura respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções, tendo mencionado, designadamente, que entre 2011 e 2014 saíram da rádio 20 jornalistas, uma redução de 15%. Desde 2015, saíram 6 e foram integrados 11 sobretudo jovens no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP).

Mencionou que apenas em abril de 2019 o Conselho de Administração da RTP solicitou autorização ao Governo para contratar mais jornalistas para a rádio, pedido este que chegou em abril de seis jornalistas e que está a ser devidamente analisado entre a tutela da Cultura e a tutela do Tesouro. O facto de apenas em abril ter sido solicitado é muito

relevante porque não compete ao Governo fazer decisões de investimento ou tomar decisões em matéria de gestão de recursos humanos de uma empresa pública.

O Governo tem competências que estão definidas naquele caso, que é de autorizar ou não autorizar a contratação de recursos humanos em função daquilo que seja a avaliação que o próprio Conselho de Administração faça da situação interna da empresa e do pedido de autorização para integração de novos jornalistas.

Em matéria de recursos humanos o Governo tem tido uma intervenção mais ativa no âmbito do processo do PREVPAP.

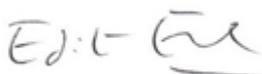
Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo à Senhora Ministra e à Senhora Secretária de Estado os esclarecimentos prestados.

A gravação vídeo encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 17 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de maio de 2019

A PRESIDENTE DA COMISSÃO



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP na reunião de 18 de junho de 2019.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
António Cardoso
Carla Sousa
Cristina Jesus
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
Joel Sá
José Carlos Barros
José Magalhães
Liliana Silva
Luís Monteiro
Maria Conceição Loureiro
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diana Ferreira
Margarida Balseiro Lopes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Pinho de Almeida
Pedro do Ó Ramos